



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS: Gama Abreu e a viagem de Beaurepaire-Rohan para a Amazônia (c.1856)

Autores:

Jorge Nassar Fleury - FAU / UFRJ - jorgefleury@fau.ufrj.br

Resumo:

O presente artigo aborda a circulação de ideias na segunda metade do século XIX, sobretudo o fluxo de ideias migratórias da capital Rio de Janeiro para a cidade de Belém, a partir da viagem de Henrique de Beaurepaire-Rohan para a Amazônia, sobretudo para a Província do Pará em 1856, quando este assumiu a presidência da mesma, ficando no cargo por um ano. Durante seu mandato inúmeras foram as tomadas de decisões e contatos com os locais, dentre eles, José Coelho da Gama Abreu, jovem de 23 anos, formado em direito e matemática na Universidade de Coimbra, Portugal, que havia assumido a direção da Repartição de Obras Públicas em 1855, passando dezesseis anos à frente da mesma. Esse contato é marcante e importante, pois trata-se de um jovem sem formação em engenharia que, logo no início de sua carreira, lhe é possibilitado o contato com um experiente engenheiro que já exercera aquela mesma função na capital do império e muito tem a contribuir para seu crescimento. Percebe-se que essa troca de conhecimentos é importante sobretudo para Gama Abreu e visualiza-se, ao longo de sua vida, várias ações repletas de noções apreendidas quando de seu contato com Beaurepaire-Rohan.

A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS

Gama Abreu e a viagem de Beaurepeire-Rohan para a Amazônia (c.1856)

No século XIX, o mar e os rios não possuíam um valor de beleza paisagística como nos dias atuais. Eram percebidos sobretudo a partir de sua utilidade, como por exemplo, para a locomoção das pessoas ou provimento de alimentos (Febvre, 2000). Não à toa, as cidades mais antigas europeias foram fundadas nas proximidades de rios que, com o tempo, se tornaram importantes rotas de escoamento do comércio, como é o caso de Londres, Paris, Viena, Budapeste, Istambul.

Em meados do século XIX, as cidades foram palco de uma peça na qual o mundo acelerou ainda mais o seu ritmo cotidiano com a chamada segunda Revolução Industrial, e se os atores do espetáculo em cartaz foram os cidadãos, os diretores seriam os políticos de uma plateia na qual todos faziam parte. Termos como embelezamento e aformoseamento, salubridade pública, higiene, dentre outros, passaram a fazer parte do vocabulário social e do rol de problemas e soluções dentro do espaço político e edificado chamado cidade, passando a ser tema de discurso crítico de diferentes atores, indivíduos e grupos.

Em Belém as coisas não foram diferentes. Principalmente pelo fato de, a partir da descoberta do processo de vulcanização da borracha pelo estadunidense Charles Goodyear em 1840, a cidade ter passado por um rápido crescimento de acúmulo de riquezas por conta da exportação da goma elástica. Este fato rendeu aos cofres públicos recursos suficientes para a cidade passar por um período que foi intitulado de *Belle Époque*, além de permitir o enriquecimento e a formação de uma classe abastada e letrada que lhe marcaria a história. A exemplo do que aconteceu em Paris em meados do século XIX e, em fins do XIX e início do século XX, na capital Rio de Janeiro, Belém passa por obras que lhe conferem novas formas inspiradas nas reformas das cidades europeias e brasileiras de então.

Este novo "ingrediente" mudaria a história da capital paraense nesse período. Além de, como já dito, a intensificação da extração o látex conferir aos cofres públicos desta província um acúmulo de capital até então não registrado, também acarretou um movimento migratório importante, atraindo pessoas que se beneficiavam, seja através de empregos diretos ou indiretos. Esse processo causou uma explosão demográfica que a capital do Grão-Pará não estava pronta para receber, acabando por gerar demandas e pressões generalizadas que intelectuais e o quadro técnico-administrativo, que detinham o poder de decisão naquele momento, acabaram tendo que levar em conta.

O presente artigo analisa a circulação de ideias no Brasil Império a partir da relação de dois atores sociais que se envolveram em reflexões, projetos, tomada de decisões e execuções no campo das questões urbanas na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir de seu contato na cidade de Belém em 1856. Aqui se refere à Henrique de Beurepaire-Rohan (1812-1894), engenheiro militar que se destacou no cenário brasileiro, e seu vínculo com José Coelho da Gama Abreu (1832-1906) que desde sua formação na Universidade de Coimbra (1849-1853), até sua morte, exerceu uma intensa atividade naquela cidade.

Belém beneficiou-se das dinâmicas econômicas das revoluções industrial e tecnológica e a difusão do látex gerou transformações. Como em alguns lugares do velho mundo, Belém passou pela experiência de mudança da cidade antiga, não apenas em sua organização espacial, mas também na mentalidade dos seus moradores, observando-se uma espécie de elogio às iniciativas de planejamento. A instauração de instituições públicas, como a Divisão de Obras Públicas, surgiu neste contexto quando parecia ser necessária a presença de figuras como Gama Abreu, que pensam e estruturam a cidade e estão no cerne das decisões urbanas.

Gama Abreu era filho de pessoas influentes e com certo poder aquisitivo. Seu pai, João Coelho da Gama Abreu, era oficial da marinha portuguesa e sua mãe, Anastácia Josefa Micaela da Gama Lobo, era filha do Tenente Coronel João da Gama Lobo. Em 1837, com cinco anos de idade, Gama Abreu se muda com seus pais para Portugal, onde vive até 1846, quando, enfermo, regressa à Belém com catorze anos. Recuperado, aos dezessete anos volta à Portugal para cursar a Universidade de Coimbra, onde obteve seu título em 1853.

Em 1855, já formado por esta universidade em direito e matemática, Gama Abreu volta mais uma vez a Belém onde fixou residência, iniciando sua carreira de funcionário público e, de certa forma, político. De fato, o jovem bacharel assume a direção da repartição de Obras Públicas com apenas vinte e três anos de idade, mas pode-se dizer que é aí que ele também sela sua relação com o urbanismo, disciplina que também tomava forma através das grandes obras de "melhoramentos" públicos naquele período.

A divisão de Obras Públicas foi instituída em 1854, quando o presidente da província do Pará era Sebastião do Rego Barros (1803-1863), um engenheiro militar pernambucano, de cinquenta e um anos de idade, com patente de tenente coronel. A repartição de obras paraense foi instituída sem um diretor, mas já com definições e normatizações das condições para o engajamento de um engenheiro e uma listagem de materiais para serem adquiridos tanto na capital Rio de Janeiro, como na França¹. O profissional a ser engajado provavelmente viria da Europa, uma vez que o documento que criava a repartição estabelecia que o diretor receberia em réis um pagamento fixado em francos. Também possuiria algumas regalias,

¹ Estes materiais foram ser registrados em documento assinado por João Silveira de Souza (1824-1906), então secretário de governo. Anos depois, Souza ainda exerceu cargo de presidente de algumas províncias como a do Ceará, Maranhão e Pernambuco além da província do Pará, entre 1884 e 1885. Este ainda foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil em 1868.

como um bônus para despesas com a viagem, além da passagem já paga pelo governo da província².

Em 1855, um ano se passara desde essas decisões, engenheiro algum viera. Quem exercia interinamente o cargo de diretor de obras públicas era o Capitão de Engenheiros Juvêncio Manuel Cabral de Menezes que, naquele ano, tivera que deixar a província e ir para a Corte do Império no Rio de Janeiro. Foi quando o então vice-presidente da província do Pará, João Maria de Moraes, decide, não existindo outro engenheiro que pudesse substituir o provável francês nem a Menezes, nomear para o cargo de diretor da repartição de Obras Públicas, o "Dr. em matemática José Coelho da Gama e Abreu, a quem por certo não faltava a idoneidade precisa para bem desempenhá-lo"³. É desta forma que o jovem Abreu assume a direção das obras da província do Pará, posto que exerceu por dezesseis anos de sua vida e ingressando, então, em uma vida pública da qual jamais saíra.

Foi no seu segundo ano à frente da Repartição de Obras Públicas que conheceu Henrique de Beaurepaire-Rohan, tendo este assumido, em 1856, a presidência da Província do Pará. A partir do segundo reinado e pelo menos até os anos 1870, observa-se que vários engenheiros militares atuaram em diversas províncias no território hoje entendido como brasileiro para dar suporte e garantir o controle e a hegemonia do governo central. Eram homens de confiança do governo do Império e do imperador, constantemente realocados em distintas regiões. Henrique de Beaurepaire-Rohan (1812-1894) foi um bom exemplo disso. Militar e político, foi, além de Ministro da Guerra do Brasil, entre 1864 e 1865, presidente da província do Paraná, da Paraíba e também do Pará (1856-1857).

Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, nasceu em Niterói, em 12 de maio de 1812. Filho do Marechal Marc Antonie Jacques de Beaurepaire, Conde de Beaurepaire, e da condessa Marie Margarida Skeys de Rohan, foi assentado praça no Exército por D. João VI ainda aos sete anos. Aos doze foi convocado para servir na Bahia, atuando como cadete, junto com seu pai, na comissão de inspeção de vários distritos militares. Viria se tornar Segundo Tenente de Artilharia aos dezessete anos.

Oito anos após assumir o posto de tenente, concluiu seus estudos matemáticos, graduando-se como engenheiro e integrando o Corpo de Engenheiros do Exército. Nesse período, atuou na província do Rio de Janeiro, sob o comando do Major Henrique Niemeyer Bellegarde (1812-1839), também político engenheiro militar. Iniciou nesse momento uma forte atuação no que se refere a produção cartográfica, ação que manteve ao longo de sua vida, tornando-se um dos pioneiros no Brasil.

Assim como Gama Abreu, Henrique de Beaurepaire-Rohan também foi diretor de obras públicas, mas da província do Rio de Janeiro. Quando no exercício desse cargo, desenvolveu relatórios de obras municipais para a Câmara do Rio de Janeiro. Um desses

² Fala que o Exm. Snr. conselheiro Sebastião do Rego Barros, presidente desta província, dirigiu á Assembléa Legislativa provincial na abertura da mesma Assembléa no dia 15 de agosto de 1854. Pará: Typ. da Aurora Paraense, 1854.

³ Exposição apresentada pelo Exm Snr Dr João Maria de Moraes, vice-presidente da província do Pará, por ocasião de passar a administração da mesma província para o Exm Snr Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães. Pará: Typ de Santos e Filhos, 1855. p. 13

estudos apresentava um panorama não apenas das obras realizadas no momento, pelo próprio, atuando como Diretor de Obras Públicas, mas reunindo documentos que realizavam um breve histórico do desenvolvimento da cidade, ainda que sintético. O trabalho também apontava as condições da cidade, enfatizando sobretudo as obras que buscavam solucionar os problemas de salubridade pública, e propunha intervenções urbanas mais urgentes para o melhoramento do município, seja ele material ou “moral”, como descreveu no relatório, categorizando essas ideias como propostas de aformoseamento da cidade.

No mesmo estudo, Beaurepaire questionou a carência de investimentos públicos no que diz respeito ao estudo de estatísticas e descrições completas sobre a cidade e o país, salientando a importância da realização de projetos corográficos, para o melhor planejamento e conhecimento do território. A partir de viagens ao interior do município, destacou também o abandono à essas regiões, no tocante a obras públicas.

Henrique sinalizou também os problemas com o esgotamento e distribuição de águas no Rio de Janeiro, além da relação entre o calçamento da cidade com a vazão de águas pluviais. Levantou questões sobre a arborização como embelezamento; a derrubada do morro do Castelo para utilização de seu terreno; o fim do matadouro público e a construção de cemitérios, por um aspecto de salubridade. Teceu um plano de alargamento das ruas e desenho de estruturas urbanas, tanto viárias, calçamentos, hídricas, de praças, quanto no tocante a formação das quadras e lotes, levando em conta aspectos culturais e característicos do clima local.

Todo esse levantamento se configurou em um estudo amplo e importante para todo o império naquele momento. Sendo, desta forma, uma obra relevante, entre as desenvolvidas por Henrique de Beaurepaire-Rohan, para caracterizar sua atuação entre os estudiosos que colaboraram na construção de um pensamento urbano brasileiro.

Como se percebe, não só grande foi a contribuição de Rohan, mas também seu aprendizado e experiência. Toda esta bagagem cultural e intelectual ele também leva consigo para várias províncias do império a partir de 1855, quando começou a assumir vários cargos ao redor do espaço brasileiro, como o já mencionado cargo de Presidente da Província do Pará em 1856, com quarenta e quatro anos de idade.

Como se sabe, as pessoas carregam consigo sua formação intelectual, aprendizado e vivência ao longo da vida. Como não poderia ser diferente, toda essa já comentada bagagem, Beaurepaire também levou consigo para Belém. Neste ponto é válido ressaltar que existe uma diferença entre as pessoas que guardam para si todo esse conhecimento e àquelas que transmitem e repassam o que sabem e conhecem. Beaurepaire-Rohan se enquadra neste último caso.

Este se envolveu também com a transmissão de conhecimento e também com pesquisas, sobretudo a partir de seus trabalhos e levantamentos geográficos e cartográficos, exploração fluvial, traçado de estradas e planejamento urbano (TELLES, 1994), tendo sido

também presidente, entre 1974-1878⁴, da Comissão da Carta Geral do Império (CCGI). Essa sua passagem pela CCGI também marcou o processo de institucionalização da cartografia no Brasil. Como evidência desse seu envolvimento e sua importância emblemática para a história urbana do Brasil, Beaufort também foi um dos responsáveis pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Evidentemente que isso tudo foi facilitado pela proximidade de sua família com a Corte, tornando-se amigo e conselheiro do imperador Dom Pedro II (BLAKE, 1985). De fato, isso é importante pois o império estava estabelecido em uma máquina muito centralizada. O cargo de presidente de província, por exemplo, era preenchido por nomeação direta do Imperador, aconselhado pelo partido que estivesse no poder. O presidente da província não exercia um mandato, podendo ser exonerado ou pedir afastamento à revelia. Este sempre tinha vice-presidentes nomeados pela Assembleia local, teoricamente aptos a exercer interinamente o cargo até que novo presidente fosse nomeado por Carta Imperial e assumisse o cargo. Foi dessa forma, em carta assinada e datada de 14 de abril de 1856, que, em 29 de maio, assume a Presidência da Província do Pará Henrique de Beaufort Rohan (1812-1894), militar e político de família nobre.

Gama Abreu naquele momento já conhecia as feitorias de Beaufort-Rohan na capital do império, mas assim como conhece mais de perto o trabalho de André Rebouças quando este esteve em São Luís, cidade que Abreu tinha grande apreço, ou mesmo o trabalho de Haussmann quando esteve em Paris, o que de certa forma torna esta cidade o modelo a ser seguido pelos atores então em ação na capital paraense, é neste período que também conhece mais detalhadamente o trabalho de Beaufort-Rohan. Esse contato influenciou suas ações, dessa forma Abreu não apenas recebe, mas se apropria das ideias destes atores contemporâneos a ele.

Ora, Abreu era um cidadão letrado e esperto suficiente para saber que tinha acabado de assumir um cargo mais apropriado para um engenheiro e que, por Henrique também ter sido diretor de obras públicas e um engenheiro de formação com destaque reconhecido em todo o império, tinha muito a aprender com ele a respeito desses assuntos.

Os dois se tornaram muito próximos. Existem vários relatos que indicam o intenso convívio dos dois, bem como relatos oficiais do governo de troca de inúmeras correspondências entre eles. De fato, Abreu não tomava uma decisão sequer sem perguntar a Henrique, que se tornou uma espécie de mentor para ele. Percebe-se também o apelo de Beaufort-Rohan por Abreu, sobretudo ao constatar a rapidez e presteza com que este era correspondido. Sempre de imediato, Rohan não tardava em respondê-lo.

Durante o período do mandato de Beaufort-Rohan a frente da presidência da província do Pará, o contato e a subordinação do diretor de obras públicas era diretamente feito com ele. Gama Abreu sempre contactava Rohan sobre as situações das obras e as tomadas de decisões que ambos tinham que realizar e que concernia às Obras Públicas. Em maio de 1856, por exemplo, um relatório de Beaufort Rohan se referia ao "diligente e probo

⁴ Não é possível aferir com exatidão o momento da entrada de Beaufort-Rohan. Em relatório do Ministério da Agricultura, ele aparece em 1874, e, em documentos e cartas, no ano de 1873.

diretor" Gama Abreu no qual comentava ter ciência dos motivos pelos quais as obras andavam em passos lentos, sendo estes por conta da epidemia que assolava a capital e do inverno rigoroso - era tempo da estação chuvosa na região⁵.

Por ser Gama Abreu exigente e responsável, ele cobrava isso de seus funcionários. Os trabalhadores que não tinham tais características eram desligados de seus serviços, entretanto, também solicitava a aprovação de Beaurepaire-Rohan. No dia 1º de julho de 1856, em ofício dirigido ao então presidente da província, o diretor de obras solicita sua aprovação para a demissão de Leopoldino Protomartyr de Mello, apontador da obra do Colégio de Nossa Senhora do Amparo que estava em andamento e sob a responsabilidade da repartição. No dia 12 do mesmo mês ele tem a resposta do presidente autorizando a solicitação e completando ao dizer que devia "o respectivo engenheiro (Gama Abreu) propor outro para ser nomeado em seu lugar, visto não ter sido aprovado o indivíduo que para este fim foi por ele apresentado"⁶.

Até para o empréstimo de material, mesmo sendo apenas folhas de papel, Gama Abreu consultava sua opinião. Fato curioso, talvez por estar ainda se estabilizando em seu cargo e conhecendo as "regras do jogo", durante o mês de julho de 1856, quando o Juiz Comissário da Repartição das Terras Públicas da província do Amazonas estava pela capital do Pará realizando serviços diversos relativos à província vizinha, necessitou de algumas folhas de papel vegetal para a conclusão de seus estudos. Sem titubear Gama Abreu lhe concedeu as dez folhas de que precisara o Juiz, mas criou um ofício de empréstimo das folhas exigindo que estas fossem pagas de volta quando do retorno do Juiz à sua província e comunicou ao então presidente da província sua decisão⁷. É válido lembrar que naquele tempo, a originalidade do papel vegetal o tornava artigo raro, tendo preços muito elevados.

Durante o período em que Gama Abreu esteve à frente da repartição de Obras Públicas, muitas obras foram propostas por ele. Em seu primeiro ano de mandato, em 1855, a cidade já estava passando, como vimos, pela mudança em seu sistema de iluminação pública e dentre suas primeiras preocupações já aparece o embelezamento citadino. Seu gosto, adquirido enquanto morava na Europa, de certa forma o influenciou a ver Paris como um modelo a ser seguido.

Em seus primeiros anos como diretor, a maioria de suas propostas se limitaram a obras de conservação, reparos e pequenas intervenções - ou pelo menos as que foram aprovadas. Afeito e conhecedor de história, uma de suas primeiras intervenções mostrou a preocupação com o patrimônio da cidade, quando apresentou ao presidente da província um relatório que continha o estado de conservação da Igreja de Santa Ana, necessitando obras⁸. Essa igreja foi construída no século XVIII, seguindo o projeto do arquiteto italiano Antônio Landi que foi ao Pará compondo a Comissão Demarcadora de Limites, em 1753, quando a

⁵ Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 31 de maio de 1856, n 696

⁶ Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 15 de julho de 1856, n 786

⁷ Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 21 de julho de 1856, n 791

⁸ Como resposta de Beaurepaire a seu relatório, este mandou proceder, em "vista do que V. Mc. expõe acerca do estado em que se acha a Igreja de Santa Anna, tenho a recomendar-lhe que mande proceder ao orçamento da despesa que é necessário fazer-se com os concertos que reclama essa igreja. Ofícios da Província do Pará, Palácio da Presidência da cidade de Belém, em 23 de julho de 1856

então capitania do Grão-Pará e Maranhão era governada por Mendonça Furtado, irmão de Pombal⁹.

Além das obras de reparos e consertos da mesma, aprovados por Beaurepaire-Rohan, ainda em 1856, Gama Abreu em seu relatório anual para o presidente da província, insiste sobre a necessidade de várias obras de que "não é possível prescindir-se na capital de uma província". Afirmava que além daquelas em andamento, a capital precisava de outras que seriam até de urgência, como o Palácio da Assembleia Provincial, o paço da Câmara Municipal, a casa para o internato, a praça do mercado, o Teatro, dentre outras¹⁰.

Beaurepaire Rohan considerou "mais conveniente principiarse por algum edifício rendoso", se referindo especificamente ao Palácio da Assembleia Provincial. Este foi um grande incentivador das ideias de Abreu no sentido dessas grandes implementações, como um teatro, o palácio ou qualquer uma dessas que propunha o diretor. Também as obras propostas por Abreu tiveram grande incentivo de Rohan. Muitas dessas ele batalhou muito para construir, sendo que algumas ele teve sucesso, como foi o caso do Teatro da Paz (ver imagem) – obra que finalizou em 1874 e inaugurado em 1878 – ou mesmo do Palácio da Assembleia Provincial, hoje conhecido como Palácio Antônio Lemos (ver imagem) – iniciado em 1860 e finalizado em 1885.

Beaurepaire tratou de ordenar a construção, o quanto antes, da construção da praça do mercado proposta por Abreu em seu relatório de necessidades para a capital. O plano da praça foi feito pelo engenheiro Marcos Pereira de Salles, que orçou as despesas em 100.725\$185 réis. Já no ano seguinte Gama Abreu propõe a obra do novo Mercado Público (imagem 4). Este projeto é então aprovado e o mercado tem suas obras iniciadas em 1857, tendo sido concluído em 1860¹¹.

⁹ Sobre isso ler Fleury, 2009

¹⁰ Relatório apesenado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará, no dia 15 de agosto de 1856, por ocasião da abertura da primeira sessão da 10ª Ligislatura da mesma Assembléia, pelo presidente Henrique de Beaurepaire Rohan. Pará: Typ de Santos & Filhos, 1856.

¹¹ Braga, Theodoro. *Noções de Chorographia* do Estado do Pará. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1919



Imagem 4. Mercado Municipal. In: Belém da Saudade. A Memória da Belém do início do Século, em Cartões-Postais. Belém: Secult, 1996.

Outro ensinamento de Beaurepaire foram os sistemas de pavimentação das ruas. Nos planos de Beaurepaire, podia se perceber, nos programas detalhados de obras de caminhos, pontes e canais, uma mistura das técnicas conhecidas e estabelecidas no conhecimento da engenharia militar, com um pouco, mas relevante, aproximação às novas técnicas dos serviços urbanos mais atuais da época. Dentre essas técnicas próprias da então nova engenharia civil, destacam-se alguns aspectos que assentaram as bases infra-estruturais das cidades.

Um desses aspectos faz referência às técnicas de pavimentação das estradas. No Rio de Janeiro de 1843 as ruas eram caminhos implantados sobre terreno pouco firme, com escassa compactação devido às dificuldades que impunha o solo arenoso do lugar, embora se valha mencionar que as principais apresentavam cobertura de pedra com o já tradicional sistema pé-de-moleque. Foi justamente na época de Beaurepaire que se começou a introduzir em alguns trechos o sistema de lajes rejuntadas com pedras menores. Em seu plano, Henrique recomenda a adoção da técnica inglesa de pavimentação conhecida com o nome de Mac Adam, que foi colocado na rua da orla da Praia de Botafogo. A utilização massiva desse sistema se dará no município do Rio de Janeiro a partir de 1858, conjuntamente com a de paralelepípedos, introduzida poucos anos antes no centro da cidade.

Essa foi mais uma contribuição para os conhecimentos de Gama Abreu. O próprio sistema de calçamento Mac Adam foi ensinado por ele ao então diretor de Obras Públicas e este chegou inclusive a ser implantado, mas, a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro, logo foi substituído pelo calçamento em paralelepípedo.

Gama Abreu, preocupado, além de outras coisas, com o embelezamento citadino,

palavra que passa a utilizar em seus relatórios a partir de 1859, também gasta tempo pensando nos aspectos relativos à salubridade pública, à circulação e ao ajardinamento. Antecipando o que aconteceu na capital Rio de Janeiro em 1864 quando, a pedido do Imperador Dom Pedro II, foi realizada uma grande reforma no Passeio Público pelo paisagista francês Auguste François Marie Glaziou (1833-1906)¹², na província do Pará, em 1855 e a pedido de Gama Abreu, foram contratados nove jardineiros franceses para as tarefas de ajardinamento da cidade, todos ficando sob o seu comando.

Rohan em seus relatórios para o governo central sublinhava a capacidade e competência do engenheiro encarregado pela direção de obras públicas. Como se vê, um ano depois de assumir o cargo, Gama Abreu já estava sendo referido como sendo engenheiro e suas qualidades sendo exaltadas para o governo imperial. Por sua vez, os próprios relatórios enviados por Abreu para os presidentes da província eram, geralmente, também transcritos nos balanços destes últimos e enviados para o governo central. Beaurepaire no entanto é o único presidente da Província do Pará à referenciar Gama Abreu, atribuindo os escritos ao diretor da repartição de obras públicas.

Certamente foram a responsabilidade e a competência para exercer seu cargo à frente das Obras Públicas, que acabaram sacramentando sua importância para as questões urbanas em Belém. Beaurepaire-Rohan ressalta, por exemplo, que "quanto a essa especialidade (obras públicas) refiro-me ao bem deduzido relatório do diretor José Coelho da Gama e Abreu, e recomendo-vos o seu trabalho, que é feito com notável método e clareza"¹³.

Fato é que sem formação alguma em engenharia ou áreas afins, José Coelho da Gama Abreu começa a esquadrihar a cidade e a desenvolver o que foi uma longa carreira de altos e baixos. Por isso é importante sempre mencionar a relação de Abreu com Beaurepaire, pois muito do que Abreu realizou se deve a esse contato em seu primeiro ano desempenhando tarefas relativas à um engenheiro. Associações, alianças temporárias e oposicionismos fazem parte da trajetória política de Gama Abreu, desde que assumiu a direção de obras públicas até 1871, quando, com trinta e nove anos, foi exonerado do cargo. Naquele ano, e após dezessete anos de criação, a repartição de Obras Públicas seria também extinta, durante o governo de Abel Graça. A repartição só é reativada em 1881, quando Gama Abreu se torna Presidente da Província e essa se torna uma de suas primeiras ações.

Na nebulosa que representa o mandato de Gama Abreu à frente das Obras Públicas, percebe-se uma constelação de ideias saindo do papel. Foram propostas e obras executadas ou paralisadas e interrompidas por conflitos políticos ou por falta de recursos, já que a época ainda não era o auge da exportação do látex. Tudo isso possível não apenas pela sua formação intelectual, mas pelo fluxo de ideias e sua agilidade em aprender a partir dos conhecimentos alheios, tendo sido de muita importância, como se pode perceber, os conhecimentos

¹² VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de (Orgs). *Franceses no Brasil, séculos XIX e XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009; HETZEL, Bia, NEGREIROS, Sílvia (org.). *Glaziou e as raízes do paisagismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Manati, 2011

¹³ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1856, por ocasião da abertura da primeira sessão da 10.ª legislatura da mesma Assembléia, pelo presidente, Henrique de Beaurepaire-Rohan. Pará: Typ. de Santos & filhos, 1856. p. 15

absorvidos a partir de seu contato com Henrique de Beaufort-Rohan.

REFERÊNCIAS

APEP - Arquivo Público do Estado do Pará. Coleção das Leis da Província do Gram Pará do ano de 1880. Pará: Typ. do Diário de Notícias. Lei nº1028 de 05 de maio de 1880. Artigo 105

ARAÚJO, Renata Malcher de. As cidades da Amazônia no século XVIII. Porto/Portugal: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas: Ministério da Cultura: FAUP Publicações, 1998

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographie, Paris: Actes de la recherche en Sciences Sociales, pp. 62- 63, 1986

BRAGA, Theodoro. Noções de Chorographia do Estado do Pará. Belém, Pará: Empreza Graphica Amazonia, 1919

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988
CHOAY, Françoise. Les mémoires d'Hausmann. Paris: Seuil, 2000

CRUZ, Ernesto. As obras públicas no Pará. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1967

CRUZ, Ernesto. História de Belém. Belém: UFPA, 1973

CRUZ, Ernesto. História do Pará. Belém: UFPA, 1973

Exposição apresentada pelo Exm Snr Dr João Maria de Moraes, vice-presidente da província do Pará, por ocasião de passar a administração da mesma província para o Exm Snr Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães. Pará: Typ de Santos e Filhos, 1855

FLEURY, Jorge Nassar. Muralhas invisíveis. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), Universidade Federal do Pará, 2009

GAMA ABREU, José Coelho. A Amazonia, as provincias do Pará e Amazonas, e o governo central do Brazil. Lisboa: Typ Minerva, 1883

GAMA ABREU, José Coelho. As regiões amazônicas, estudos chorográficos dos estados do Grão-Pará e Amazonas. Lisboa: L. da Silva, 1895, p.389

GAMA ABREU, José Coelho. Do Amazonas ao Sena, Nilo, Bosphoro e Danúbio, apontamentos de viagem. Tomo 1, 2 e 3 Lisboa: Typographia Universal, 1874

GAMA ABREU, José Coelho. The state of Pará: notes from the exposition of Chicago. New York: The Knickerbocker Press, 1883.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, FAPERJ, 2008.

GRAHAM, Richard. Brazil from the middle of nineteenth century of Paraguayan War. In: BETHELL, Leslie (org.). The Cambridge History of Latin America. Cambridge University Press, 1985, vol. III, p.745- 794

LEJEUNE, Philippe. Je est un autre. Paris: Seuil, 1980 MOURA, Ignacio. A exposição artística e industrial do Lyceu Benjamim Constant. Estado do Pará, Belém: Impresso na typ. do Diário Oficial, 1895

PARÁ, Governo do Estado. O Pará na Exposição Internacional de Paris em 1889. Relatório do Presidente da Comissão, 1890.

PEREIRA, Margareth da Silva. Rio de Janeiro: L'éphemere et la perennite - histoire de la ville au XIXeme siècle. Tese de doutoramento, 1887

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 6 de março de 1847, n 682

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 15 de julho de 1848, n 817

Periódico Treze de Maio, 10 de janeiro de 1854, n.277

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 20 de junho de 1854, n 346

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 25 de julho de 1854, n 361

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 19 de abril de 1855, n 476

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 7 de agosto de 1855, n 525

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 23 de agosto de 1855, n 532

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 28 de março de 1856, n 696

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 31 de maio de 1856, n 696

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 15 de julho de 1856, n 786

Periódico Treze de Maio. Belém: Typ Santos e Filhos, 21 de julho de 1856, n 791

Relatório apresentado á Assembléia Legislativa Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1856, por ocasião da abertura da primeira sessão da 10.a legislatura da mesma Assembléia, pelo presidente, Henrique de Beaurepaire-Rohan. Pará: Typ. de Santos & filhos, 1856

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1857, por ocasião da abertura da segunda sessão da 10ª legislatura da mesma Assembléia, pelo presidente Henrique de Beaurepaire Rohan. Pará: Typ Santos & Filhos, 1857

REIS, Marcos. Cabanos: a história. Pará: Maguen, 2011 RICOEUR, Paul. Temps et récit, III, Le temps raconté. Paris: Seuil, 1985

ROCQUE, Carlos. Antônio Lemos e sua época. Belém: Cejup, s/d

ROCQUE, Carlos. História geral de Belém do Grão-Pará. Belém: Distribel, 2001

SARGES, Maria de Nazaré. Belém, riquezas produzindo a Belle-Époque. Belém: Paka-Tatu, 2002